

PUBLICIDADELEGAL

OLEOPLAN S.A. – ÓLEOS VEGETAIS PLANALTO - CNPJ 88.676.127/0001-76 - NIRE 43300010864 - **ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 19 DE DEZEMBRO DE 2025 - 1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada em 19 de dezembro do ano de 2025, às 9h, no escritório corporativo da Oleoplan S.A. – Óleos Vegetais Planalto (“Companhia”), localizada na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dom Pedro II, nº 861, bairro São João, CEP 90550-142, com a possibilidade de participação por videoconferência (sistema híbrido). **2. CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação prévia em razão da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração, nos termos do artigo 20, parágrafo 4º, do Estatuto Social da Companhia. **3. PRESEÇA:** A totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **4. MESA:** Presidente: Irineu Boff. Secretária: Tatiana Regiani. **5. ORDEM DO DIA:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) a realização, pela Companhia, da sua 6ª (sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirográfrica, com Garantia Adicional Fidejussória, em conformidade com o disposto nos artigos 52 e seguintes da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada e atualmente (“Lei das Sociedades por Ações”), no montante total de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais) na Data de Emissão (conforme definido abaixo) (“Debêntures” e “Emissão”, respectivamente), para oferta pública de distribuição pelo rito de registro automático de distribuição, nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei de Valores Mobiliários” ou “CVM”) nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada (“Resolução CVM 160”), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis (“Oferta”); (ii) a autorização aos diretores da Companhia para adotarem todas e quaisquer medidas e celebrar todos os documentos necessários à Emissão e à Oferta, incluindo, sem limitação, a Escritura de Emissão (conforme definido abaixo) e o Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo), bem como celebrar todos os documentos necessários para depósito das Debêntures na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão – Balcão B3 (“B3”) e contratação dos prestadores de serviço; e (iii) a ratificação de todos e quaisquer atos já praticados pela Diretoria da Companhia ou seus procuradores para a consecução da Emissão e da Oferta. **6. DELIBERAÇÕES:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração, por unanimidade de votos, sem quaisquer restrições e/ou ressalvas, deliberaram o quanto segue: (i) Aprovar a realização da Emissão e da Oferta, as quais terão as seguintes principais características e condições, a serem estabelecidas no “Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Oleoplan S.A. – Óleos Vegetais Planalto” (“Escritura de Emissão”); **(a) Número da Emissão:** A emissão constitui a 6ª (sexta) emissão de debêntures da Companhia. **(b) Valor Total da Emissão:** O valor total da Emissão será de R\$ 200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), na Data de Emissão (“Valor Total da Emissão”). **(c) Séries:** A Emissão será realizada em série única. **(d) Banco Liquidante e Escriturador:** O banco liquidante da Emissão e o escriturador das Debêntures será o **VORTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade limitada, com sede na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88 (“Banco Liquidante” e “Escriturador”), cujas definições incluem quaisquer outras instituições que venham a suceder o Escriturador e/ou o Banco Liquidante na prestação dos serviços de escrituração das Debêntures e/ou de banco liquidante no âmbito da Emissão, conforme o caso. **(e) Agente Fiduciário:** O agente fiduciário da Emissão (“Agente Fiduciário”), na qualidade de representante dos interesses da comunhão dos titulares de Debêntures (“Debenturistas” e, individualmente, “Debenturista”) é a **VORTX DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, instituição financeira, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, Pinheiros, CEP 05425-020, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 22.610.500/0001-88. **(f) Colocação e Procedimento de Distribuição:** As Debêntures serão objeto de distribuição pública, pelo rito de registro automático de distribuição, nos termos da Resolução CVM 160, da Lei de Valores Mobiliários, Código ANBIMA para Ofertas Públicas”, em vigor desde 15 de julho de 2024 (“Código ANBIMA”) e nos termos dos artigos 15 e 19, parágrafo 1º, das “Regras e Procedimento de Ofertas Públicas”, expedidas pela ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”), em vigor desde 15 de julho de 2024 (“Regras e Procedimentos ANBIMA”), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, em regime de garantia firme de colocação para o Valor Total da Emissão, com a intermediação de instituição financeira integrante do sistema de distribuição de valores mobiliários responsáveis pela distribuição das Debêntures (“Coordenador Líder”), nos termos do “Instrumento Particular de Escritura da 6ª (Sexta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie Quirográfrica com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, para Distribuição Pública sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Oleoplan S.A. – Óleos Vegetais Planalto”, a ser celebrado entre a Companhia e o Coordenador Líder (“Contrato de Distribuição”). **(g) Enquadramento do Projeto:** A Emissão das Debêntures Incentivadas (conforme definido abaixo) será realizada na forma do artigo 2º da Lei n.º 12.431, de 24 de junho de 2011, conforme alterada (“Lei 12.431”), do Decreto nº 11.964, de 26 de março de 2024, conforme em vigor (“Decreto 11.964”), da Resolução n.º 4.751 do CMN, de 26 de setembro de 2019, conforme alterada (“Resolução CMN 4.751”) e da Portaria MF 1.312 (conforme definido abaixo) ou de normas posteriores que as alterem, substituam ou complementem, sendo que a totalidade dos recursos obtidos pela Companhia com a emissão das Debêntures Incentivadas serão aplicados conforme disposto na Escritura de Emissão. Em 17 de dezembro de 2025, a Emissora submeteu ao Ministério de Minas e Energia (“MME”) o Projeto, conforme protocolo de requerimento digital n.º 002852.0021185/2025, para fins do artigo 8º do Decreto 11.964, realizado pelo website do MME em 17 de dezembro de 2025 (“Protocolo de Enquadramento MME”), sob o Número Único de Protocolo (NUP) 48340.006996/2025-07. **(h) Disposições Relativas ao Programa Eco Invest:** A Emissão é realizada no âmbito do “Programa Eco Invest Brasil”, instituído pela Lei nº 14.995, de 10 de outubro de 2024 (“Lei 14.995”), regulamentado pela Resolução do CMN nº 5.130, de 25 de abril de 2024 (“Resolução CMN 5.130”), Resolução CMN nº 5.205, de 17 de abril de 2025 (“Resolução CMN 5.205”), pela Portaria MF nº 964, de 11 de junho de 2024 (“Portaria MF 964”), e Portaria MF nº 1.312, de 20 de agosto de 2024 (“Portaria MF 1.312”), bem como pelas Portarias da Secretaria do Tesouro Nacional (“STN”) e do MF nº 1.135, de 11 de julho de 2024 (“Portaria STN/MF 1.135”) e nº 1.308, de 19 de agosto de 2024 (“Portaria STN/MF 1.308”) e, em conjunto com a Lei 14.995, a Resolução CMN 5.130, Resolução CMN 5.205, a Portaria MF 964, a Portaria MF 1.312 e a Portaria STN/MF 1.135, denominadas “Regulamentação Eco Invest” e “Programa Eco Invest”, respectivamente). Servem como instrumentos de apoio suplementar o Manual Operacional Eco Invest, as versões dos arquivos intitulados “Perguntas e Respostas”, bem como demais documentos eventualmente disponibilizados pelo Tesouro Nacional em domínio público, por meio de seu site eletrônico oficial. De maneira a permitir o cumprimento do quanto estabelecido nos artigos 17 a 19 da Portaria MF 964, a Companhia, a pedido dos Debenturistas representando mais de 50% (cinquenta por cento) mais 1 (uma) das Debêntures em Circulação, representados pelo Agente Fiduciário, deverá fornecer informações e dar acesso ao ERM Brasil Ltda., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 65.456.832/0001-62 (“Avaliador Independente”) para permitir a verificação, pelo Avaliador Independente, do atendimento às exigências do Programa Eco Invest, observado o disposto na Escritura de Emissão. A totalidade dos recursos obtidos por meio da emissão das Debêntures deverá ser alocada no Projeto até 15 (quinze) Dias Úteis antes da Data de Vencimento, e em observância aos termos do Programa Eco Invest e/ou conforme determinado em orientação, manifestação ou autorização formal emitida por órgão ou entidade competente, ou por representante com poderes atribuídos no âmbito do Programa Eco Invest, inclusive quando decorrente de esclarecimento ou atualização das regras aplicáveis, conforme será declarado na forma do Anexo V da Escritura de Emissão. **(i) Destinação de Recursos:** Nos termos do artigo 2º, parágrafo 1º e 1º-A, da Lei 12.431, do Decreto 11.964 e da Portaria MF 964, os Recursos Líquidos (conforme definido abaixo) obtidos pela Companhia com a Emissão das Debêntures Incentivadas serão integral e exclusivamente utilizados, pela Companhia, para fins de: (i) implementação e desenvolvimento do Projeto, respeitando sempre o quanto previsto na Lei 12.431, no Decreto 11.964 e de acordo com os critérios de elegibilidade previstos no artigo 3º da Portaria MF 964 da sublinha de financiamento parcial (*blended finance*), de que trata o artigo 33, § 1º, inciso I, da Lei 14.995, no âmbito da Linha de Mobilização de Capital Privado Externo e Proteção Cambial do Programa Eco Invest Brasil, integrante do Plano de Transformação Ecológica aprovado pelo MF, sendo certo que o Projeto não se enquadra nos “critérios de exclusão” previstos na Seção II, artigo 4º da Portaria MF 964 e atende às salvaguardas previstas na Seção III, artigo 5º da Portaria MF 964; (ii) o pagamento futuro de gastos e/ou despesas, a serem incorridas a partir da Data de Emissão, da Oferta e relacionados ao Projeto, nos termos da Lei 12.431 e do Decreto 11.964; e (iii) pagamento futuro para investimentos de bens de capital (Capex), conforme abaixo definidos e detalhados no Anexo I da Escritura de Emissão, que é parte integrante e inseparável da Escritura de Emissão (“Projeto”). Os recursos deverão ser aplicados para novas infraestruturas e/ou modernização de infraestruturas existentes, conforme a categoria de linhas elegíveis denominada “Biocombustíveis”, que compreende as atividades de “Produção, transporte, comercialização e ampliação do uso de biodiesel e diesel verde, com demonstrada redução associada de emissões de GEE. Biocombustíveis de primeira geração devem demonstrar que: 1) não criará concorrência com os sistemas alimentares e 2) não gerará riscos de induzir a perda de áreas de alto estoque de carbono” (“Destinação dos Recursos”) nos termos do “Manual Operacional do Programa Eco Invest Brasil”, publicado em outubro de 2024, pelo comitê composto pela Secretaria do Tesouro Nacional do MF, a Secretaria-Executiva do Carbono, a Secretaria Nacional de Mudança do Clima do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima e pela Secretaria-Executiva do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (“Comitê Executivo” e “Manual Operacional Eco Invest”, respectivamente) e da Escritura de Emissão. **(j) Data de Emissão:** Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será aquela prevista na Escritura de Emissão (“Data de Emissão”). **(k) Data de Início da Rentabilidade:** Para todos os fins e efeitos legais, a data de início da rentabilidade das Debêntures será a Data da 1ª Integralização (conforme definido abaixo) (“Data de Início da Rentabilidade”). **(l) Forma, Tipo e Comprovação da Titularidade das Debêntures:** As Debêntures serão simples, nominativas, escriturais, sem emissão de cotaletas ou certificados e não serão conversíveis em ações de emissão da Companhia. A Companhia não emitirá certificados de Debêntures. Para todos os fins e efeitos, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo Escriturador, por meio de extrato a ser por ele emitido. Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures o extrato expedido pela B3, em nome do titular da Debênture quando as Debêntures estiverem custodiadas eletronicamente na B3. **(m) Espécie:** As Debêntures serão da espécie quirográfrica, nos termos do artigo 58, *caput*, da Lei das Sociedades por Ações com garantia fidejussória adicional. **(n) Garantia Fidejussória:** Em garantia do integral e pontual cumprimento de todas as obrigações da Companhia e/ou da Garantidora na Escritura de Emissão e nos demais Documentos da Operação, incluindo, sem limitar, o pagamento de quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Companhia e/ou pela Garantidora nos termos da Escritura de Emissão e demais Documentos da Operação, tais como o Valor Nominal Unitário, a Remuneração, os Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), multa convencional e quaisquer outros acréscimos, inclusive os encargos decorrentes de eventuais ações judiciais, independentemente de quaisquer outras garantias que o Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, tenha recebido ou venha a receber, bem como eventuais honorários do Agente Fiduciário e todo e qualquer custo ou despesa comprovadamente incorrido pelo Agente Fiduciário em decorrência de processos, procedimentos e/ou outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures, da Escritura de Emissão e/ou dos demais Documentos da Operação (“Obrigações Garantidas”), nos termos dos artigos 275 e 818 e seguintes da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada (“Código Civil”), a Garantidora, **OLEOPLAN NORDESTE INDUSTRIA DE BIOCOMBUSTIVEL LTDA.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Rua Dom Pedro II, nº 723, Bairro São João, CEP 90.550-142, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.463.913/0001-96 (“Oleoplan Nordeste” ou “Garantidora”), por este ato e na melhor forma de direito, se obriga solidariamente com a Companhia e entre si, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e seus sucessores ecessionários, como fiadores, principais pagadores e solidariamente responsáveis pelo cumprimento integral e pontual de todas as Obrigações Garantidas (“Fiança”), renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 824, 827, 829 e seu parágrafo único, 830, 834, 835, 837, 838, 839 e 844, parágrafo primeiro, do Código Civil, e dos artigos 130, 131 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015, conforme alterada (“Código de Processo Civil”). **(o) Conversibilidade:** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Companhia. **(p) Prazos e Datas de Vencimento:** Ressalvadas as hipóteses de Resgate Antecipado Facultativo, Oferta de Resgate Antecipado e Aquisição Facultativa, conforme previstos na Escritura de Emissão e/ou de vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos previstos da Escritura de Emissão, as Debêntures terão prazo de vencimento de 10 (dez) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, na data prevista na Escritura de Emissão (“Data de Vencimento”). **(q) Valor Nominal Unitário:** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$ 1.000,00 (mil reais), na Data de Emissão (“Valor Nominal Unitário”). **(r) Quantidade de Debêntures Emitidas:** Serão emitidas 200.000 (duzentas mil) Debêntures (as “Debêntures” ou “Debêntures Incentivadas”), em série única. **(s) Preço de Subscrição e Forma de Integralização:** As Debêntures serão subscritas e integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no ato da subscrição, pelo seu Valor Nominal Unitário, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à B3. Caso qualquer Debênture venha ser integralizada em data diversa e posterior à Data da Primeira Integralização, a integralização deverá considerar o respectivo Valor Nominal Unitário ou Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures, acrescido da Remuneração, calculada pro rata temporis desde a Data da Primeira Integralização, até a data de sua efetiva integralização. As Debêntures poderão ser subscritas com ágio ou deságio, a ser definido pelo Coordenador Líder, se for o caso, no ato de subscrição delas, desde que aplicado de forma igualitária à totalidade das Debêntures em cada data de integralização. A aplicação do ágio ou deságio, caso aplicável, será realizada em função de condições objetivas de mercado, incluindo, mas não se limitando a: (i) alteração na taxa SELIC; (ii) alteração na remuneração dos títulos do tesouro nacional; (iii) alteração na Taxa DI; ou (iv) alteração material nas taxas indicativas de negociação de títulos de renda fixa (debêntures, certificados de recebíveis imobiliários, certificados de recebíveis do agronegócio e outros) divulgadas pela ANBIMA. **(t) Atualização Monetária das Debêntures:** O Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures será atualizado monetariamente (“Atualização Monetária”) pela variação acumulada do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”) apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (“IBGE”), calculada de forma *pro rata temporis* por Dias Úteis a partir da Data de Início da Rentabilidade (inclusive) até a data de seu efetivo pagamento (exclusive), sendo o produto da Atualização Monetária incorporado automaticamente ao Valor Nominal Unitário ou ao saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso (sendo que o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, conforme o caso, após a incorporação da Atualização Monetária será referido como “Valor Nominal Unitário Atualizado”). A Atualização Monetária será calculada de acordo a fórmula constante da Escritura de Emissão. **(u) Remuneração das Debêntures:** Sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a um determinado percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, a ser definido de acordo com o Procedimento de *Bookbuilding*, e que será equivalente à taxa interna de retorno do Tesouro IPCA+ com Juros Semestrais (nova denominação da Nota do Tesouro Nacional, Série B – NTN-B) com vencimento em 15 de maio de 2032, baseada na cotação indicativa divulgada pela ANBIMA em sua página na internet (https://www.anbima.com.br/pt_br/informar/taxas-de-titulos-publicos.htm) e conforme apurada no fechamento do dia de realização do Procedimento de *Bookbuilding*, acrescido exponencialmente de *spread* (sobretaxa) de 0,30% (trinta centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis (“Remuneração Originalmente Contratada”). A Remuneração será calculada de acordo a fórmula constante da Escritura de Emissão. Na hipótese da ocorrência de qualquer um dos Eventos de Resgate Antecipado Obrigatório previstos na Escritura de Emissão, antes do 25º (vigésimo quinto) mês (inclusive) contado da Data de Emissão das Debêntures, a remuneração incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado será recalculada, conforme disposições constantes na Escritura de Emissão (“Remuneração Recalculada”), e, em conjunto com a Remuneração Originalmente Contratada, a “Remuneração”. **(v) Pagamento da Remuneração das Debêntures:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do Resgate Antecipado Facultativo, Oferta de Resgate Antecipado, Aquisição Facultativa, e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures será paga semestralmente, sem carência, a partir da Data de Emissão, nas datas previstas na Escritura de Emissão (cada data, uma “Data de Pagamento da Remuneração”). **(w) Amortização do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado:** Sem prejuízo dos pagamentos em decorrência do Resgate Antecipado Facultativo, Oferta de Resgate Antecipado, Aquisição Facultativa e/ou vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures, nos termos da Escritura de Emissão, o saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado será amortizado e pago pela Companhia semestralmente, após o período de 48 (quarenta e oito) meses que se inicia na Data de Emissão e se encerra na primeira Data de Pagamento de Principal (conforme definido abaixo) (“Período de Carência”), nas datas previstas na Escritura de Emissão (cada data, uma “Data de Pagamento de Principal das Debêntures”), conforme a tabela prevista na Escritura de Emissão. **(x) Local de Pagamento:** Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Companhia nos termos da Escritura de Emissão serão realizados pela Companhia, (i) no que se refere a pagamentos referentes ao Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, à Remuneração e aos Encargos Moratórios, e com relação às Debêntures que estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio da B3; ou (ii) para as Debêntures que não estejam custodiadas eletronicamente na B3, por meio do Escriturador ou, com relação aos pagamentos que não possam ser realizados por meio do Escriturador, na sede da Companhia, conforme o caso. Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão aqueles que sejam Debenturistas ao final do Dia Útil imediatamente anterior a respectiva data do pagamento. **(y) Prorrogação dos Prazos:** Considerar-se-ão automaticamente prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação prevista na Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) Dia Útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia que não seja Dia Útil, não sendo devido qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados por meio da B3, hipótese em que a referida prorrogação de prazo somente ocorrerá caso a data de pagamento coincida com feriado declarado nacional, sábado ou domingo. Para os fins da Escritura de Emissão, considera-se dia útil: (i) com relação a qualquer obrigação pecuniária realizada por meio da B3, inclusive para fins de cálculo, qualquer dia que não seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a qualquer obrigação não pecuniária e pecuniária que não seja realizada por meio da B3, qualquer dia no qual haja expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e/ou na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, e que não seja sábado ou domingo ou feriado declarado nacional (“Dia Útil” e, no plural, “Dias Úteis”). **(z) Encargos Moratórios:** Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido pela Companhia ou Garantidora aos Debenturistas nos termos da Escritura de Emissão e/ou nos demais Documentos da Operação, adicionalmente ao pagamento da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, sobre todos e quaisquer valores em atraso, incidirão, independentemente de aviso, notificação ou intimação judicial ou extrajudicial, (i) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento; e (ii) multa moratória, irredutível e de natureza não compensatória de 2% (dois por cento), ambos calculados sobre o montante devido e não pago (“Encargos Moratórios”). **(aa) Decadência dos Direitos aos Acréscimos:** O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias da Companhia nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos da Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurado, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento. **(ab) Oferta de Resgate Antecipado da Totalidade das Debêntures:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar oferta de resgate antecipado das Debêntures (“Oferta de Resgate Antecipado”). Caso a Companhia deseje realizar a Oferta de Resgate Antecipado, deverá (i) publicar Aviso aos Debenturistas ou (ii) enviar comunicação escrita individual a todos os Debenturistas, com cópia ao Agente Fiduciário, informando sobre a sua intenção de realizar a Oferta de Resgate Antecipado Total (“Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado”). A Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo (a) o valor a ser pago pela Oferta de Resgate Antecipado; (b) o prazo para que os Debenturistas se manifestem sobre a Oferta de Resgate Antecipado, que não deverá ser inferior a 30 (trinta) dias da Comunicação de Oferta de Resgate Antecipado; (c) a data indicada para a Oferta de Resgate Antecipado; e (d) demais informações necessárias à operacionalização do Oferta de Resgate Antecipado. O pagamento da Oferta de Resgate Antecipado não poderá ocorrer em data que coincida com qualquer data de pagamento do saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures e/ou da Remuneração, mas deverá ser realizado obrigatoriamente em um Dia Útil. A Companhia deverá, com antecedência mínima de 3 (três) Dias Úteis da respectiva data da Oferta de Resgate Antecipado, comunicar ao Agente de Liquidação e Escriturador e à B3 a respectiva data da Oferta de Resgate Antecipado, por meio de correspondência, sendo certo que a comunicação à B3 será assinada em conjunto com o Agente Fiduciário. O pagamento da Oferta de Resgate Antecipado deverá ser realizado de acordo com (i) os procedimentos estabelecidos pela B3, para as Debêntures que estiverem custodiadas eletronicamente na B3; ou (ii) os procedimentos adotados pelo Escriturador, para as Debêntures que não estiverem custodiadas eletronicamente na B3. As Debêntures resgatadas pela Companhia no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado deverão ser canceladas pela Companhia. Não será permitido o Resgate Antecipado parcial das Debêntures. **(ac) Resgate Antecipado Facultativo:** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério e independentemente da vontade dos Debenturistas titulares de Debêntures Incentivadas, realizar o resgate antecipado facultativo total das Debêntures (“Resgate Antecipado Facultativo Total”), com o consequente cancelamento da totalidade das Debêntures Incentivadas, desde que observado: (i) o prazo médio ponderado mínimo de 4 (quatro) anos dos pagamentos transcorridos entre a Data de Emissão e a data do efetivo Resgate Antecipado Facultativo Total, nos termos do inciso I, do artigo 1º, da Resolução CMN 4.751 e calculado nos termos da Resolução CMN 5.034, ou menor período caso venha a ser tornar legalmente permitido; (ii) o disposto no inciso II do artigo 1º, §1º, da Lei 12.431, na Resolução CMN 4.751 e demais legislações ou regulamentações aplicáveis; e (iii) os termos e condições constante da Escritura de Emissão. **(ad) Amortização Extraordinária Facultativa:** Não será permitida à Companhia a realização de amortização extraordinária facultativa das Debêntures. **(ae) Aquisição Facultativa:** A Companhia e suas partes relacionadas poderão, a seu exclusivo critério, adquirir Debêntures Incentivadas, condicionada ao aceite do Debenturista vendedor e desde que, conforme aplicável, observem o disposto no artigo 55, parágrafo 3º, da Lei das Sociedades por Ações, no artigo 86, inciso IV, da Resolução CVM 160 e na regulamentação aplicável da CVM e do CMN (“Aquisição Facultativa”). A Aquisição Facultativa das Debêntures Incentivadas será permitida após decorridos 2 (dois) anos contados da Data de Emissão, nos termos do artigo 1º, parágrafo 1º, inciso II, combinado com o artigo 2º, parágrafo 1º, da Lei 12.431, ou antes de tal data, desde que venha a ser legalmente permitido, nos termos da Lei 12.431, da regulamentação do CMN ou de outra legislação ou regulamentação aplicável. As demais condições e regulamento estão devidamente apresentados da Escritura de Emissão. **(af) Desmembramento:** Não será admitido o desmembramento, nos termos do inciso IX do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações. **(ag) Vencimento Antecipado:** As obrigações decorrentes das Debêntures serão consideradas antecipadamente vencidas, podendo o Agente Fiduciário exigir o imediato pagamento, pela Companhia e pelos Garantidores, do Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado, conforme o caso, acrescido da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a Data da Primeira Integralização até a data do efetivo pagamento (exclusive), sem prejuízo, quando for o caso, dos Encargos Moratórios e outros valores devidos, vencidos ou a vencer (se houver), na ocorrência de qualquer dos eventos previstos em lei e/ou de qualquer dos eventos descritos na Escritura de Emissão, em relação à Companhia, coligadas, controladas (exceto pelas entidades em que a Companhia (i) não detenha a maioria simples dos votos nas deliberações da assembleia-geral e (ii) não detenha poder de eleger a maioria dos administradores) e/ou à Garantidora (cada evento, um “Evento de Inadimplemento”). **(ah) Demais Condições:** Os demais termos e condições relacionados à Emissão e à Oferta serão tratados detalhadamente na Escritura de Emissão. (ii) Autorizar a Diretoria da Companhia e/ou seus procuradores a praticar(em) todos e quaisquer atos que forem necessários ou convenientes à realização da Emissão e/ou da Oferta, incluindo, mas não se limitando, **(a)** a contratação do Coordenador Líder e demais prestadores de serviços no âmbito da Emissão e/ou da Oferta, tais como o assessor legal, o Agente Fiduciário, o Banco Liquidante, o Escriturador e a B3, dentre outros, podendo, para tanto, negociar e fixar o preço e as condições para a respectiva prestação de serviços, bem como assinar os respectivos instrumentos de contratação e eventuais aditamentos; **(b)** a negociação e definição, observado o disposto nas deliberações desta reunião, dos termos e condições dos documentos da Oferta (em especial as hipóteses de vencimento antecipado das Debêntures), da Emissão e/ou da Oferta, bem como celebrar todos os instrumentos (contratos, requerimentos, declarações, eventuais aditamentos, entre outros) que se fizerem necessários à implementação da Emissão e/ou da Oferta, tais como a Escritura de Emissão e o Contrato de Distribuição; e **(c)** o pagamento de todas as despesas relacionadas à emissão, à Companhia aplicáveis, incluindo, mas não se limitando a taxa de fiscalização ANBIMA, registros em juntas comerciais ou cartórios e demais despesas, conforme aplicável. **(iii)** Aprovar e ratificar todos os atos já praticados pela Diretoria da Companhia e/ou seus procuradores para a consecução da Emissão e/ou da Oferta. **7. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém se manifestou, encerrou-se os trabalhos e lavrou-se a ata a qual se refere essa reunião, que foi aprovada por unanimidade dos presentes. **8. ASSINATURAS:** Mesa: Presidente: Sr. Irineu Boff, Secretária: Sra. Tatiana Regiani. Conselheiros de Administração: Irineu Boff, Marcos Merlin Boff, Luis Rheingantz Barbieri, Paulo Iserhard e Osvaldo Burgos Schirmer. *A presente ata é cópia fiel da versão lavrada em livro próprio.* Porto Alegre/RS, 19 de dezembro de 2025. **Mesa: Irineu Boff** - Presidente; **Tatiana Regiani** - Secretária. Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certificado registro sob o nº 11398501 em 22/12/2025 da Empresa OLEOPLAN S/A OLEOS VEGETAIS PLANALTO, CNPJ 88676127000176 e protocolo 254854362 - 22/12/2025. Autenticação: 849A41D8C244A435C2388E7923AF60CEA86B2B15. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

PUBLICIDADE LEGAL

COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES

CNPJ Nº 87.762.563/0001-03 NIRE Nº 43300010007 COMPANHIA ABERTA

FATO RELEVANTE

ALIENAÇÃO DE QUOTAS DA SUBSIDIÁRIA JI ADMINISTRAÇÃO HOTELEIRA LTDA. PELA CONTROLADA HABITASUL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., EM FAVOR DA WISH S.A. COMPANHIA HABITASUL DE PARTICIPAÇÕES ("Companhia") (B3: HBTSS5), em atendimento aos termos do art. 157, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das SAs"), e da Resolução CVM nº 44/22 ("Resolução CVM 44"), informa aos seus acionistas e ao mercado em geral que, em Reunião do Conselho de Administração realizada nesta data, foi autorizada a controlada Habitasul Empreendimentos Imobiliários Ltda., a alienar 14.700.000 quotas, representativas de 49% do capital social, totalmente subscritas e integralizadas, de sua titularidade na subsidiária JI Administração Hoteleira Ltda. (JIAH), em favor da WISH S.A., pelo valor total de R\$ 9,8 milhões, com pagamentos parcelados, vinculados aos resultados da JIAH, com prazo máximo de 10 anos. A entrada da WISH na sociedade da JIAH está alinhada à estratégia do grupo para o fortalecimento e ganhos de eficiência operacional dos negócios hoteleiros.

Porto Alegre, 26 de dezembro de 2025.

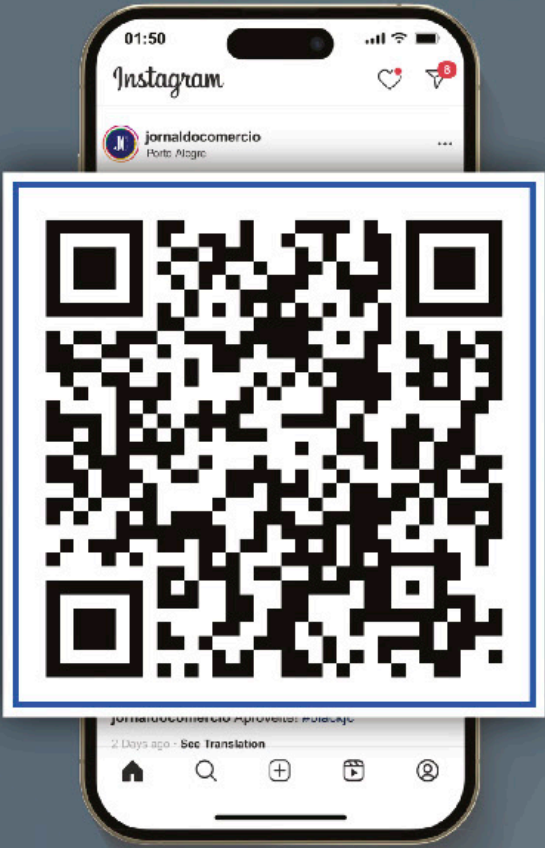
Bruno Costa de Jesus

Diretor de Administração, Finanças e de Relações com Investidores

Jornal do Comércio

O jornal de economia e negócios do RS

Mantenha o foco na informação e decida com confiança.



ENTRE EM CONTATO E ASSINE

Telefone: (51) 3213.1300 | WhatsApp: (51) 3213.1397 | E-mail: vendas.assinaturas@jornaldocomercio.com.br

PUBLICIDADE LEGAL

QUERO QUERO

LOJAS QUERO-QUERO S.A.

LJQQ3

Companhia Aberta

CNPJ sob nº 96.418.264/0218-02 | NIRE nº 4330002898-4

B3 LISTED

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS DA 4ª (QUARTA) EMISSÃO DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA, SOB O RITO DE REGISTRO AUTOMÁTICO DE DISTRIBUIÇÃO, DA LOJAS QUERO-QUERO S.A., REALIZADA EM 02 DE DEZEMBRO DE 2025

I. DATA, HORA E LOCAL: Realizada no dia 02 (dois) do mês de dezembro de 2025, às 09:00 horas, de forma integralmente digital, nos termos da Resolução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 81, de 29 de março de 2022 ("Resolução CVM 81"), com a dispensa de videoconferência em razão da presença dos Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação ("Assembleia"). II. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA: Dispensada a convocação por edital, nos termos dos artigos 71, §2º e 124 §4º da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), tendo em vista que se verificou a presença do titular das Debêntures (conforme abaixo definidas) ("Debenturistas") representando 100% (cem por cento) das Debêntures em Circulação, conforme se verificou na Lista de Presença do Anexo I à presente ata, no âmbito da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia", "Debêntures" e "Emissão", respectivamente), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Resolução CVM nº 160, de 13 de julho de 2022, conforme alterada, e das demais disposições legais aplicáveis ("Oferta"), conforme condições previstas no "Instrumento Particular de Escritura da 4ª (Quarta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Lojas Quero-Quero S.A.", celebrado em 01 de dezembro de 2023 entre a Companhia, a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0004-34, na qualidade de Agente Fiduciário ("Agente Fiduciário"), e a QUERO-QUERO VERDECARD INSTITUIÇÃO DE PAGAMENTO S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.722.480/0001-67, na qualidade de fiadora ("Quero-Quero Verdecard" ou "Fiadora"), conforme aditada de tempos em tempos ("Escritura de Emissão"). Presentes (i) os representantes do Debenturista titular de 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação; (ii) os representantes do Agente Fiduciário; e (iii) os representantes da Companhia e da Fiadora, conforme assinaturas constantes nas páginas de assinatura da presente ata. III. MESA: Presidida por Natalia Xavier Alencar e secretariada por Jean Pablo de Mello. IV. ORDEM DO DIA: Examinar, discutir e deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: (i) Aprovar a concessão de anuência prévia para a constituição de cessão fiduciária, sob condição suspensiva, dos Direitos Creditórios Cedidos Fiduciariamente da 4ª Emissão, conforme definido no "Instrumento Particular de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Conta Vinculada e Outras Avenças", celebrado em 13 de dezembro de 2023 entre a Companhia, na qualidade de Cedente, o Agente Fiduciário, na qualidade de Agente Fiduciário, e a OLIVEIRA TRUST SERVICER S.A., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.150.453/0002-00 ("Agente de Oneração") ("Cessão Fiduciária da 4ª Emissão" ou "Contrato de Garantia da 4ª Emissão"), em garantia das obrigações assumidas pela Companhia no âmbito da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirográfrica, a Ser Convolada na Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Companhia ("7ª Emissão"), conforme condições previstas no "Instrumento Particular de Escritura da 7ª (Sétima) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie Quirográfrica, a Ser Convolada na Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, para Distribuição Pública, Sob o Rito de Registro Automático de Distribuição, da Lojas Quero-Quero S.A." celebrado em 25 de novembro de 2025 entre a Companhia, na qualidade de Emissora, o Agente Fiduciário, na qualidade de Agente Fiduciário, a Quero-Quero Verdecard e a SENTINELA DOS PAMPAS – ADMINISTRADORA E CORRETORA DE SEGUROS LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.881.506/0001-08 ("Sentinela dos Pampas"), na qualidade de fiadoras, conforme aditada de tempos em tempos ("Escritura de Emissão da 7ª Emissão" e "Cessão Fiduciária da 7ª Emissão"); e (ii) Autorização para a Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, no que aplicável, a praticar todos e quaisquer atos necessários para a outorga da Cessão Fiduciária da 7ª Emissão, inclusive, mas não se limitando, a celebração do respectivo contrato de garantia. V. DELIBERAÇÕES: Instalada a Assembleia, foram tomadas as seguintes deliberações, sem quaisquer restrições, aprovadas pelos Debenturistas titulares da totalidade das Debêntures em circulação da Oferta: (i) Os Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção com relação a este item, aprovaram a concessão de anuência prévia para a constituição da Cessão Fiduciária da 7ª Emissão; e (ii) Os Debenturistas representando 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação, sem manifestação de voto contrário ou abstenção com relação a este item, aprovaram a autorização para a Companhia, em conjunto com o Agente Fiduciário, no que aplicável, a praticar todos e quaisquer atos necessários para a outorga da Cessão Fiduciária da 7ª Emissão, inclusive, mas não se limitando, a celebração do respectivo contrato de garantia. VI. DISPOSIÇÕES FINAIS: O Agente Fiduciário informa que os Debenturistas são integralmente responsáveis pelos atos realizados e pelas decisões tomadas por eles no âmbito da Assembleia. Assim, reforça que não é responsável por quaisquer despesas, custos ou danos que venha a incorrer em decorrência dos atos praticados em observância às decisões tomadas pelos Debenturistas nesta Assembleia. O Agente Fiduciário permanece responsável pelo cumprimento de todas as obrigações atribuídas a ele na Escritura de Emissão, nos demais documentos da Oferta e na legislação aplicável. Os termos iniciados em letra maiúscula que não estejam aqui definidos têm os mesmos significados a eles atribuídos na Escritura de Emissão. Em decorrência das deliberações acima o Agente Fiduciário está autorizado, em conjunto com a Companhia, a praticar todos os atos necessários para a consecução das deliberações acima, incluindo, sem limitação, as providências necessárias junto à B3, ao Banco Liquidante, ao Escriturador (conforme definidos na Escritura de Emissão) e/ou quaisquer terceiros, para operacionalizar o Resgate Antecipado Total Facultativo. As partes aqui presentes reconhecem a autenticidade, integridade, validade e eficácia desta Assembleia, conforme o disposto nos artigos 219 e 220 do Código Civil Brasileiro, em formato eletrônico e/ou assinada pelas partes por meio de certificados eletrônicos emitidos pela ICP-Brasil, conforme o disposto no artigo 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.220-2/2001, sendo certo que a data de assinatura desta ata é a data indicada abaixo, não obstante a data em que a última das assinaturas digitais for realizada. VII. ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, a sessão foi encerrada para lavratura da presente ata, que foi lida e aprovada por todos os presentes. São Paulo, 02 de dezembro de 2025. Mesa: Natalia Xavier Alencar - Presidente, Jean Pablo de Mello - Secretário, Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul. Certifico registro sob o nº 11386509 em 16/12/2025 da Empresa LOJAS QUERO-QUERO S.A., CNPJ 96418264021802 e protocolo 254439012 - 08/12/2025. Autenticação: 30305168FEDDFD8B7EAB6CF52C558534457D38D. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

Jornal do Comércio

PUBLICIDADE LEGAL

TEM DATA E LOCAL CERTO PARA SER PUBLICADA

Dê mais **credibilidade** e segurança à publicidade legal da sua empresa no Jornal do Comércio.

O 2º Caderno é publicado diariamente no digital e no impresso. Nosso portal oferece um ambiente confiável para a divulgação de atas, avisos, balanços, comunicados aos acionistas, convocações e editais. Tradição, credibilidade e tecnologia para garantir a segurança das suas publicações.

Escaneie o
QRCode
abaixo e entre
em contato:



WHATSAPP: (51) 3213-1342 | EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

PUBLICIDADE LEGAL

LOJAS

QUERO-QUERO

LOJAS QUERO-QUERO S.A.

Companhia Aberta

CNPJ sob nº 96.418.264/0218-02 | NIRE nº 4330002898-4

LJQQ3

B3 LISTED

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 28 DE NOVEMBRO DE 2025

Data, Hora e Local: No dia 28 de novembro de 2025, às 10h00, de modo virtual, conforme autorizado nos termos do Art. 14, parágrafo 4º, do Estatuto Social da Lojas Quero-Quero S.A. ("Companhia"). **Convocação:** Convocação dispensada tendo em vista a presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia, nos termos do Art. 14, parágrafo 2º, do Estatuto Social da Companhia. **Presença:** Presentes a totalidade dos membros do Conselho de Administração da Companhia. **Mesa:** Presidente: Christiano Antoniazzi Galló; e Secretário: Jean Pablo de Mello. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre as seguintes matérias: (i) aprovação do 7º Programa de Outorga de Opções da Companhia ("7º Programa") no âmbito do Plano 2020 e a outorga de novas Opções; e (ii) consignação da renúncia do diretor Alberto Cimentini Neto. **Deliberações:** Após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, os membros do Conselho de Administração aprovaram, por unanimidade de votos e sem ressalvas: (i) o 7º Programa no âmbito do Plano 2020, nos termos da minuta apresentada na presente reunião e arquivada na sede da Companhia, bem como a outorga de 825.000 (oitocentas e vinte cinco mil) Opções para determinados executivos, empregados e prestadores de serviços, a serem vestidas ao longo dos próximos 4 (quatro) anos, nos termos do documento apresentado na presente reunião, o qual ficará arquivado na sede social da Companhia. Em razão das deliberações acima, o Conselho de Administração autoriza a Diretoria da Companhia a tomar todas as medidas necessárias para o cancelamento das Opções mencionadas, a outorga de novas Opções sob o 7º Programa, a divulgação aos participantes, esclarecimento de eventuais dúvidas e celebração dos respectivos instrumentos contratuais. (ii) após a deliberação inicial, os conselheiros consignaram a renúncia do diretor, Alberto Cimentini Neto, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF/ME sob o nº 914.077.450-34 e RG nº 4031815055 SJTC, com endereço comercial na Avenida General Flores da Cunha, nº 1943, Cachoeirinha/RS, na qualidade de Diretor sem Designação Específica da Companhia, conforme termo de renúncia apresentado à Companhia e lavrado em livro próprio. Os conselheiros requereram que fossem registrados em ata os agradecimentos pelos serviços prestados pelo renunciante, em favor da qual foi outorgada a mais ampla e irrevogável quitação pelos atos de gestão por ele praticados no exercício do mandato. Dessa forma, a partir da presente data, a Diretoria da Companhia passará a ser composta da seguinte forma: (i) Peter Takaharu Furukawa - Diretor Presidente; (ii) Jean Pablo de Mello - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; (iii) Cristiane Rhoden - Diretora sem Designação Específica; (iv) Daniel José Artus - Diretor sem Designação Específica; (v) Luciano Matzenbacher Scottiá - Diretor sem Designação Específica, e (vi) Mirson Jose Engelmann - Diretor sem Designação Específica. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi assinada por todos. **Assinaturas: Mesa:** Christiano Antoniazzi Galló – Presidente da Mesa; Jean Pablo de Mello – Secretário da Mesa. **Conselheiros:** Christiano Antoniazzi Galló – Presidente; Flávio Benício Jansen Ferreira – Membro Independente; Eduardo Campozana Gouveia – Membro Independente; Guilherme Yuiti Mizaqui - Membro Independente; Jorge Fernando Herzog – Membro Independente e Peter Takaharu Furukawa – Membro. Esta ata é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio. Cachoeirinha, 28 de novembro de 2025. **Mesa:** **Christiano Antoniazzi Galló** - Presidente, **Jean Pablo de Mello** - Secretário. **Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul.** Certifico registro sob o nº 11384002 em 15/12/2025 da Empresa LOJAS QUERO-QUERO S.A., CNPJ 96418264021802 e protocolo 254438636 - 04/12/2025. Autenticação: 11FFF5EC7E75781BA5399FD229169D414BAAA42. José Tadeu Jacoby - Secretário-Geral.

Jornal do Comércio

ANUNCIE NO JC
O ALCANCE QUALIFICADO
QUE A SUA MARCA PRECISA

WHATSAPP: (51) 3213-1342
EMAIL: COMERCIAL@JORNALDOCOMERCIO.COM.BR

ENTRE EM
CONTATO

JC | 92
ANOS

